

Prosopografia dos senadores brasileiros: perfil profissional em dois séculos de história

Resumo: Esse estudo busca mapear o perfil profissional/ocupacional de todos os senadores que passaram pela câmara alta brasileira. Abrange quase dois séculos de sua existência (1826 a 2010), procurando avaliar eventuais relações entre a composição profissional da Casa com os respectivos períodos históricos do país. Identificamos pouca variação no curto prazo, o que reforça a percepção do Senado como uma Casa legislativa onde prevalece a estabilidade e a manutenção do *status quo*. No entanto, observamos alterações importantes no longo prazo: de um predomínio de servidores públicos, magistrados e proprietários rurais durante o Império, o Senado tornou-se uma Casa bem mais diversificada em décadas recentes, com pouca predominância de grupos específicos.

Palavras-chave: elites, carreira política, perfil de senadores, legislativo, profissões

Introdução

Esse estudo procura mapear diacronicamente o repertório biográfico de todos os senadores brasileiros, desde a primeira legislatura em 1826 até a última, que se iniciou em 2010. Especificamente, aborda as suas profissões/ocupações¹, procurando avaliar possíveis relações com as mudanças históricas na composição política e na estrutura social e econômica do país.

Uma pesquisa com os senadores nos parece oportuna, por diversos motivos. O primeiro deles é a carência de estudos a respeito. Existem trabalhos interessantes sobre elites políticas no país que avaliaram a composição profissional/ocupacional sob uma perspectiva histórica (Carvalho, 2010; Coelho, 1999; Rodrigues, 2002). No entanto, nenhum deles abrangeu um período de tempo tão longo. Tampouco estudou o Senado com exclusividade.

Um segundo motivo decorre do papel de destaque que os senadores exerceram na política brasileira. No Império, tinham relações estreitas com o Monarca e eram por ele selecionados, a partir de listas tríplices indicadas pelas províncias. Quando participavam do Conselho de Estado, o principal centro decisório da época, não perdiam o mandato, diferente do que acontecia com os deputados. Durante o período republicano, muitos deles ocuparam os cargos de governador de estado, de ministros e até de presidente e vice-presidente da República. Passaram pelo Senado nomes ilustres na história do Brasil como José Bonifácio, Visconde de Itaboraí, Visconde do Uruguai, Ruy Barbosa, Campos Salles, Barão do Rio Branco, Floriano Peixoto, Getúlio Vargas, Tancredo Neves, Juscelino Kubitscheki, Fernando Henrique Cardoso e vários outros.

Outra importante justificativa para o estudo dos senadores em uma perspectiva longitudinal é que eles fazem parte de uma casa legislativa que se enquadra muito bem no conceito de “protean”² que Tsebelis e Money (1997) usam para descrever as câmaras altas: isto é, contam com amplos poderes, adaptam-se facilmente a diferentes contextos e situações e servem a diferentes propósitos. Tal capacidade “adaptadora” esteve presente em diversos momentos na história política do país e serviu para atender os interesses das forças dominantes no momento. No regime imperial, a escolha dos senadores permitia ao imperador agradar e contemplar seus protegidos e aliados políticos. Durante o governo militar, o melhor exemplo de moldagem ao contexto foi dado pelo “Pacote de Abril”, que deu poderes ao presidente da República para indicar metade dos senadores, os quais ficaram conhecidos como “biônicos”.³ No período de retomada democrática, cabe citar a transformação dos antigos territórios em

¹ Os conceitos de ocupação e profissão não são exatamente sinônimos. O primeiro diz respeito às diversas atividades do mundo do trabalho. O segundo costuma ser entendido como um tipo especial de ocupação; em geral, envolve o domínio de um certo tipo de conhecimento e de especialização, proporciona relativa autonomia e conta com grau maior de institucionalização. Essas diferenças não são importantes para o nosso propósito, motivo pelo qual usaremos os dois indistintamente.

² A palavra vem do Deus grego “Proteus”, homem velho e profético que morava no mar e que mudava constantemente a sua forma e que tinha a capacidade de prever o futuro.

³ A medida tinha o objetivo de garantir ao governo militar maioria na câmara alta, evitando a repetição da derrota que havia sofrido na maioria dos estados na eleição de 1974.

estados, que aumentou substancialmente a participação de representantes de regiões “atrasadas” e politicamente conservadoras no Senado, em detrimento das regiões mais “avançadas” do país.

Essa perspectiva “camaleônica” do Senado pode tornar-se especialmente importante no contexto oscilante de centralização e descentralização da organização federativa brasileira e do contexto de transição negociada, e sem rupturas, entre as elites do regime autoritário e do regime democrático que se iniciou no final dos anos 80. Muitos de seus representantes, alguns deles senadores, permaneceram fortes em ambos os regimes. A nossa sugestão é que a circulação de elites no período de transições democráticas foi capaz de acomodar as mudanças na sociedade, mesclando elementos novos e velhos, sem que houvesse rupturas revolucionárias (Pareto, 1966).

É importante esclarecer que tratamos de apenas um dos atributos dos senadores: a sua categoria ocupacional/profissional. Estamos cientes que ela, por si só, não é informação suficiente para sugerir respostas taxativas ou para se tirar conclusões mais amplas sobre os conflitos sociais e políticos presentes na sociedade. No entanto, ao se tratar de um período tão extenso, ela pode sinalizar como os senadores são socializados e o tipo de grupo com o qual se identificam – se trabalhadores ou empresários, por exemplo. Afinal, conforme afirmam Lareau e Conley (2008), a ocupação do indivíduo é um dos maiores preditores do seu comportamento, das suas predisposições e de suas atitudes políticas.

Na seção que se segue, fazemos uma avaliação das profissões mais encontradas em diversos parlamentos no mundo. Em seguida, na seção III, apresentamos nossos dados e alguns problemas metodológicos. Na seção IV, realizamos a nossa análise propriamente dita, procurando comparar com o que aconteceu em outros parlamentos. Por fim, na seção V, apresentamos nossas considerações finais.

II – Profissões de parlamentares ao redor do mundo

Os parlamentares costumam exercer profissões de maior prestígio social do que a maioria da população. Em grande parte, isso é explicado pelo fato de que eles contam com nível educacional mais elevado do que a média da população (Matthews, 1985). Na Alemanha, na Dinamarca, no Reino Unido, na Itália, na Noruega, em Portugal e nos Países Baixos quase todos contavam com curso superior (Gaxie & Godmer, 2007). Nos Estados Unidos, cerca de 95% dos legisladores estavam nessa situação. Na África, em uma amostra de onze países, Mattes e Mozaffar (2011) verificaram que 58% dos parlamentares, em média, possuíam curso superior completo, em contraste com a grande parcela analfabeta da população. Na Croácia, os números chegaram a 84% no ano de 2003 (Ilišin, 2007). Na Turquia, Sayari e Hasanov (2008) avaliaram as eleições para deputados em 1999, 2002 e 2007, encontrando índices sempre acima de 90%. Segundo Serna e Bottinelli (2009), 66% dos senadores e 63% dos deputados que tomaram posse em 2005 no Uruguai tinham curso superior, contra apenas 9,5% da população.

No Brasil, os autores também encontraram índices altos de formação superior dos deputados em diferentes momentos da história, a saber: 87,8% no período de 1946 a 1967, 91,3% entre 1967 e 1987 e 84,8% entre 1987 e 1999 (Santos, 2000); 82,2% em 1999 (Rodrigues, 2002); 80,5% em 2006 (Perissinotto & Miriade, 2009); 81,4% em 2006 (Braga, Veiga, & Miriade, 2009). No Senado, índices semelhantes foram encontrados: 76,1% no Império (Carvalho, 2010); 97% na década de 1990 (Lemos & Ranincheski, 2001); 88,7% no período de 1987 a 2007 (citação omitida no intuito de evitar a identificação do autor).

A formação em direito é uma das mais freqüentes (H Best & Cotta, 2000; Carvalho, 2010; Culic, 2006; Patterson, 1968; Uriarte, 1997; Weber, 1999). De acordo com dados da *Interparliamentary Union* (IPU), profissionais com esse tipo de formação chegavam a 43% dos membros da câmara baixa nas Filipinas, 34% no Chile, 29% na Argentina, 23% na Grécia e 17% na Bélgica. Nos Estados Unidos, segundo Herrnson (1997), eles chegaram a ocupar 34% da câmara baixa e 47% da câmara alta; Matthews (1984) fala em patamares em torno de 40% a 65%, desde 1789. No Brasil, foram encontrados percentuais de 8,8% e 27%, na Câmara dos Deputados e no Senado, respectivamente (Neiva & Izumi, 2012; Perissinotto & Miríade, 2009).

Entre outras, os autores apresentam as seguintes justificativas para essa situação: a familiaridade com a lei e com a administração do Estado; o treinamento com o uso da palavra; a prática da negociação e da conciliação; flexibilidade na administração do tempo, isto é, a facilidade com que os advogados podem conciliar a política com um emprego de tempo parcial; a segurança financeira; a facilidade para voltar a exercer a profissão – no caso de perderem o cargo político; a familiaridade com as questões legais; o seu prestígio social (Dogan, 2003; Weber, 1999).

Outras profissões que envolvem a habilidade de expressão, de convencimento, de sedução, de argumentação e de uso da oratória também costumam ser comum em diversos parlamentos no mundo (Rodrigues, 2002). É importante que ofereçam tempo livre e/ou flexibilidade no horário de trabalho, sem grandes prejuízos para a renda pessoal. Uma delas é a exercida pelos professores, que ocupavam 11% das cadeiras de deputados na Argentina, 6,6% no Brasil, 7,8% no Chile e 9,5% no Uruguai, durante a década de 90 (Santana, 2008). Nos Estados Unidos, contavam com 10% de representação, embora equivalassem a apenas 2% da população (Herrnson, 1997). Incluem-se também nas características acima os profissionais de comunicação, que foram menos estudados, mas chegaram a ocupar 6,4% das cadeiras na Câmara dos Deputados brasileira em 1999 (Rodrigues, 2002).

Ocupações que contam com prestígio na sociedade também costumam contar com um número alto de representantes. Os profissionais de saúde, por exemplo, ocupavam cerca de 8% das vagas de deputados na Argentina, 11% no Brasil, 5% no Chile e 8% no Uruguai durante a década de 90. Os engenheiros chegaram a ocupar mais de 16% das cadeiras de deputados no Chile no período de 1990 a 2001 (Santana, 2008).

Também freqüente entre os parlamentares são as profissões que proporcionam grande disponibilidade de recursos, os quais podem ser aplicados no financiamento de campanhas eleitorais, próprias ou de eventuais apoiadores. Estamos falando dos empresários, rurais e urbanos. Na Grã Bretanha, responderam conjuntamente por 25% das cadeiras entre 1945 e 1974 (Mellors, 1978). Nos Estados Unidos, eram 24% em 1992; na Austrália e no Canadá, chegavam a 22% em 1987 e 1988, respectivamente; na Suíça, 12% em 1991; na Nova Zelândia, 20% em 1990; 24% no Reino Unido em 1992. Na Argentina e no Chile, os empresários urbanos também preencheram um espaço político importante na década de 90, chegando a ocupar 11% e 12% das cadeiras da câmara baixa, respectivamente. O mesmo pode ser dito dos produtores rurais, que chegaram a ter mais de 12% delas, quando se considera os dois países conjuntamente (Santana, 2008). No entanto, patamares mais baixos também são encontrados: na França e no Japão, responderam por apenas 6% da Casa, em 1986 e 1990, respectivamente (Rodrigues, 2002); nos Países Baixos, por cerca de 5% (Secker, 2000); no Brasil, ocupavam apenas 5% das cadeiras da Câmara dos Deputados em 1990 (Santana, 2008).

Os servidores públicos também merecem destaque. Em percentual menor, costumam estar presentes em muitos parlamentos no mundo. Na década de 90, ocupavam 5,2% das cadeiras na Câmara dos Deputados argentina, 3% no Brasil, 3,8% no Chile e 3,6% no Uruguai (Santana, 2008).

III - Apresentação dos dados e questões metodológicas

O banco de dados que estamos usando nessa pesquisa abrange toda a história do Senado brasileiro, envolvendo 54 legislaturas, compreendidas no período de 1826 a 2010. A única exceção ficou por conta da 36ª Legislatura (1933 a 1934), cujos dados não foram disponibilizados pelo Senado. Isso foi possível a partir do oferecimento das informações na página do Senado na internet, que foram coletadas uma a uma. Consideramos a(s) profissão(ões) exercida(s) pelos senadores que tomaram posse no primeiro ano de mandato de cada legislatura, ainda que tenham sido reeleitos ou que não tenham permanecido na Casa por muito tempo.

No total, passaram pela Casa 1415 senadores, entre titulares e suplentes. Nossa unidade de análise é o senador por profissão, por legislatura. Como muitos deles participaram de mais de uma legislatura e exerceram (ou se identificaram) com mais de uma profissão, o número total de observações ultrapassa esse número, chegando a 2.792 casos. No quadro abaixo, apresentamos algumas estatísticas sobre cada uma das categorias profissionais, agregando todos os 186 anos de análise.

Tabela 1 - Profissões de senadores – 1826 a 2010

Profissão/Ocupação	Proporção do Total (%)	Como Profissão Única (%)
Advogados	17,6	16,1
Empresários Rurais	6,9	5,2
Empresários Urbanos	11,4	12,7
Engenheiros	4,3	6,9
Funcionários Públicos	9,6	4,9
Magistrados	5,2	2,6
Militares	4,2	7,3
Outros	9,1	6,9
Professores	12,4	3,5
Profissionais da Comunicação	10	14
Profissionais da Saúde	7,2	9,7
Sem informação	2,1	10,2
N	2792	577

Fonte: banco de dados montado pelos autores, a partir de informações contidas na página do Senado na internet

Poucas casas legislativas no mundo foram investigadas por um período tão longo. No livro organizado por Best e Cotta (2000), provavelmente a maior iniciativa nesse sentido, apenas a Noruega contava com um período de tempo mais extenso.⁴ A despeito da sua riqueza, os nossos dados não estão livres de

⁴ Os dados sobre os parlamentares da Noruega cobriam 190 anos, de 1814 a 2004.

problemas. O primeiro deles tem a ver com o tamanho relativamente pequeno do Senado, que nos obrigou, algumas vezes, a trabalhar com poucas unidades de observação. Ainda que tenha sido possível verificar tendências gerais e padrões específicos por período histórico, nem sempre o número de casos, por categoria profissional/ocupacional, nos permitiu tirar conclusões taxativas.

Um segundo problema refere-se ao fato de que as categorias ocupacionais mudaram ao longo do tempo, seja na sua diversidade, seja na sua natureza, seja no seu reconhecimento pela sociedade. A de proprietário rural, por exemplo, é diferente hoje do que era há um século ou mais. As propriedades reduziram-se no seu tamanho, passaram a utilizar tecnologia avançada, produzem para um mercado bem mais sofisticado e as relações de trabalho no campo mudaram substancialmente. No período inicial do Império, os médicos eram formados em Portugal e eram bem menos especializados do que atualmente. A profissão de psicólogo nem existia naquela época.

Outro problema a ser considerado é que a formação acadêmica em uma área, muitas vezes apresentada pelo parlamentar como profissão, não gera necessariamente uma única atuação profissional. Particularmente relevante no caso brasileiro é a diferenciação feita por José Murilo de Carvalho (2010) entre os magistrados e os advogados, ambos com formação em Direito, na composição da elite política do Império. Tampouco o título acadêmico garante que o seu detentor irá utilizá-la com a finalidade a que se propõe. Diversos são os casos, por exemplo, de engenheiros que acabam executando atividades profissionais na área da economia, em função da facilidade que possuem com a matemática e disciplinas afins.

Não se deve esquecer também que a própria representação mudou: no Império, os senadores eram escolhidos pelo imperador, a partir de uma lista tríplice dos mais votados pelos eleitores, e não representavam a população em geral, seja em termos ocupacionais, seja politicamente. Na República, foram escolhidos em diversos contextos, sob regimes ditatoriais ou democráticos. Em 1974, após a outorga de um conjunto de leis pelo governo autoritário,⁵ um terço dos senadores passaram a ser escolhidos pelo presidente da República, a partir de uma lista apresentada por um colégio eleitoral composto por membros das respectivas assembleias legislativas estaduais e delegados de câmaras municipais.

Outra dificuldade que encontramos foi na definição das categorias de classificação. Em primeiro lugar, por conta da sua diversidade. Encontramos noventa profissões diferentes no período analisado. Em parte, o problema foi reduzido ao agregarmos aquelas que eram claramente próximas em uma única. Nesse sentido juntamos médicos, dentistas e farmacêuticos em uma única categoria chamada “profissionais da saúde”. No final, ficamos com apenas onze categorias profissionais.

Cabe registrar também o problema da ocorrência freqüente de profissões múltiplas por um único parlamentar, isto é, o fato de a mesma pessoa exercer mais de uma profissão ao mesmo tempo. No intuito de aumentar o seu eleitorado e a abrangência de sua representação, os legisladores costumam declarar uma gama ampla de atividades. Identificamos, por exemplo, senadores que ocuparam cargos de advogado, professor, médico e jornalista ao mesmo tempo; ou de médico, farmacêutico, agropecuarista e professor.

⁵ As medidas tomadas ficaram conhecidas como “Pacote de Abril” e visava garantir ao governo militar maior base de apoio no Congresso, após ter sido derrotado na maioria dos estados nas eleições de 1974.

Para resolver o problema, os autores recorrem a estratégias diferentes. Carvalho (2010) usou como critério o grau de impacto que, na sua opinião, a ocupação poderia ter sobre o indivíduo no que se refere à atitude para com o Estado e a capacidade para exercer cargos públicos. Nas palavras do autor, “(...) tratava-se de decidir que ocupações tenderiam a desenvolver orientações favoráveis ao fortalecimento do Estado, e dar-lhes preferência para a classificação”.

Ainda que defensáveis, os critérios utilizados pelos diferentes autores não significa que o problema tenha sido contornado e nem evitou que outros aparecessem. Carvalho (2010), por exemplo, classificou os padres, os professores e os magistrados que não chegaram a juiz de direito em categorias separadas, ainda que fossem também servidores públicos e, a rigor, devessem ser classificados como tal. Além disso, o autor agregou em uma única categoria, que chamou de “profissionais liberais”, os advogados, médicos, engenheiros, professores de ensino superior e jornalistas, embora exercessem funções muito diferentes e vários deles fossem também funcionários públicos. Além disso, classificou em um mesmo grupo segmentos tão distintos quanto os proprietários rurais, comerciantes, banqueiros e industriais.

No nosso caso, visualizamos três opções de classificação. A primeira seria a de definir qual era a profissão principal do indivíduo, caso a caso. De início, descartamos essa opção, dado o grande número de indivíduos do nosso banco de dados e o risco de se definir isso a partir de critérios essencialmente subjetivos. Além disso, poderíamos incorrer nos mesmos problemas enfrentados por Carvalho (2010), com o agravante de estarmos trabalhando com um período de tempo bem mais extenso – quase dois séculos – durante o qual as profissões mudaram a sua configuração e tornaram-se bem mais complexas.

Uma segunda possibilidade seria a de trabalharmos apenas com os senadores que tinham uma única profissão. Nesse caso, perderíamos 60% da nossa população de senadores. Além disso, necessitaríamos ter a segurança de que a informação sobre profissão única era, de fato, verdadeira e de que não estaria enviesada por falta de informação.

A opção que elegemos – também escolhida por Rodrigues (2002) – consistiu na consideração de todas as profissões apresentadas na nossa fonte de dados. Com isso, caímos no problema de que alguns senadores acabam tendo peso maior: 60% deles contam com mais de uma profissão, chegando, em alguns casos, a terem até quatro ou cinco diferentes. Não é a situação ideal, mas ela evita que se defina incorretamente qual é a ocupação principal do senador ou que algumas ocupações sejam desprezadas e outras sejam sobrevalorizadas. Afinal, se estamos trabalhando com uma Casa representativa, é importante termos em conta que o representante frequentemente não representa um único segmento ou setor. Ainda que não possamos falar em representação democrática em grande parte do período analisado, supomos que os senadores expressavam interesses específicos, seja do imperador, seja das elites ou grupos a que estavam ligados, seja dos eleitores que os escolhiam.

Utilizamos o método prosopográfico, ou método das biografias coletivas, o qual adota um enfoque de cunho sociológico na pesquisa histórica. Ele ajuda a revelar as características e a elaborar perfis de determinados grupos sociais e categorias profissionais em um dado período histórico, dando destaque aos mecanismos coletivos de recrutamento, de seleção e de reprodução, que caracterizam as trajetórias sociais (e estratégias de carreira) dos indivíduos (Heinz, 2006). O propósito é o de trazer novos elementos à interpretação histórica, às mudanças sociais e aos momentos de transição política. Nesse sentido, procuramos regularidades e sinais comuns nos senadores de uma mesma época. Por outro lado, as informações históricas também podem nos ajudar a explicar a ocorrência maior ou menor de profissões específicas.

IV - Profissões dos senadores brasileiros – 1826 a 2010

Em uma análise longitudinal desse tipo, diversas perspectivas analíticas podem ser utilizadas. Uma delas é a de tratar o conjunto dos dados como um todo, procurando verificar o nível geral de variação. Isso pode ser feito por meio da avaliação das mudanças de uma legislatura em relação à que vem imediatamente posterior. Nesse intuito, apresentamos os gráficos de todas as profissões em uma única página no apêndice 1. Conforme se observa, mudanças bruscas quase não aconteceram nesses quase dois séculos de história do Senado. Verifica-se um aumento importante dos militares (de 6,2% para 8,7%) entre a última legislatura do Império e a primeira do regime republicano, bem como uma queda substantiva dos servidores públicos (de 23,3% para 10,5%) no mesmo período. No entanto, movimentos desse tipo foram raros e não chegaram a ser absurdamente expressivos. Quase sempre, as alterações foram gradativas e seqüenciadas. Em geral, a mudança na proporção ocupada por cada categoria profissional, de uma legislatura para outra, foi baixa.

Outra possibilidade analítica é a de compararmos a estabilidade – ou mudanças entre legislaturas subseqüentes – dos intervalos históricos entre si. Não há um padrão claro nos períodos mais recentes: do Estado Novo até a atualidade. Uma diferença mais perceptível pode ser vista quando se compara o período imperial com a Primeira República, que o sucede. É clara a maior estabilidade no primeiro. A explicação provável deve-se ao fato de serem os mandatos vitalícios naquele período: geralmente, os senadores só eram substituídos por vontade do monarca, por doença ou morte. Se havia menos substituição de indivíduos, era natural que houvesse menos alteração dos grupos profissionais; em outras palavras, se a taxa de circulação pessoal era menor, a taxa de circulação social também deveria sê-lo.

O mesmo já não acontece na República Velha, quando fica evidente a maior instabilidade de algumas categorias profissionais, a saber: advogados, professores, comunicadores, militares, profissionais da saúde e outros. Os dados sugerem que havia menos unidade consensual entre as elites nacionais naquele momento histórico, comparado com o imediatamente anterior. Além da taxa de renovação maior dos senadores, cabe considerar a complexidade do período, marcado por revoltas armadas e forte divisão de opinião entre os atores: parlamentarismo *versus* presidencialismo, monarquia *versus* república, centralismo *versus* federalismo, liberalismo *versus* positivismo.

No entanto, de uma maneira geral, as variações no curto prazo são pequenas. Pelo menos no que diz respeito às mudanças profissionais, essa perspectiva de estabilidade parece confirmar os propósitos dos pais fundadores dos Estados Unidos, quando projetaram a câmara alta daquele país. A idéia era a de criar uma casa “onde predominasse a prudência, que evitasse o impulso de paixões violentas, as resoluções perniciosas e a sedução por lideranças destemperadas” (O Federalista número 62) (Hamilton, Madison, & Jay, 2005). Nesse intuito, o Senado foi configurado de forma diferente da câmara baixa: tamanho menor, idade mínima superior, mandato com maior duração, renovação parcial dos seus membros, número fixo de senadores por estado, os quais eram escolhidos pelas assembleias estaduais. Ainda que haja diferenças importantes em relação ao que foi feito no Brasil no período imperial,⁶ é evidente a influência norte-americana sobre a configuração das instituições brasileiras, inclusive no que diz respeito à câmara alta (Neiva, 2006).

⁶ O Senado brasileiro não foi criado sob a instauração de um regime federativo, que só apareceu com a República em 1891; as assembleias provinciais escolhiam os senadores (também nos Estados Unidos) em uma lista tríplice, mas a decisão final era do imperador; os senadores do Império tinham mandato vitalício.

Se as variações de uma legislatura para outra são pequenas, o mesmo não pode ser dito no longo prazo. Nas subseções que se seguem, avaliamos a evolução de categorias profissionais específicas, recorrendo tanto aos gráficos de cada uma delas, quanto à tabela de suas respectivas médias por período históricos, apresentada no apêndice 2.

Profissionais do Direito

A exemplo do que acontece na maioria dos países do mundo, profissionais com formação em direito tem sido a categoria mais freqüente na elite política brasileira. Nos primeiros anos do Império, eles eram formados em Portugal, quase todos em Coimbra. Segundo Carvalho (2010), esse teria sido um fator de homogeneização da elite, que não aconteceu nas colônias espanholas, onde foram criadas universidades e onde predominava a formação religiosa. A partir de 1828, com a criação de uma faculdade de Direito em São Paulo e outra em Olinda/Recife, esses profissionais passaram a ser formados também no Brasil. Na opinião de Venâncio Filho (1982), eles foram fundamentais para o movimento de independência e constituíram uma elite política, que conduziu o país durante o Império; nesse período, nada menos que 147 (67%), das 219 pessoas que ocuparam cargo de ministro, tinham esse tipo de formação. Carvalho (2003) apresenta números ainda maiores para o mesmo período: segundo o autor, 72,5% dos ministros tinham formação jurídica.⁷ Segundo o autor, com a proclamação da República, perderam parte do seu prestígio, em favor dos militares. O gráfico abaixo mostra que situação semelhante aconteceu no Senado. Os profissionais do Direito foram, e continuam sendo, a categoria mais freqüente na Casa.



O gráfico mostra uma diminuição de profissionais com essa formação ao longo do tempo. No Império, ocuparam em média 29,5% das cadeiras do Senado, se juntarmos nesse grupo os advogados e os magistrados, que atingiram percentuais de 15,2% e 14,3%, respectivamente (veja apêndice 1). Nas décadas finais do período monárquico, chegaram a responder por mais de um terço das cadeiras. Reduziram a participação para um patamar abaixo de 30% durante a Primeira República e caíram ainda mais durante o Estado Novo, mantendo a participação ao redor de 20% até o final do século XX. Nas três últimas legislaturas, já no século XXI, diminuíram um pouco mais, passando para um patamar levemente acima de 10%.

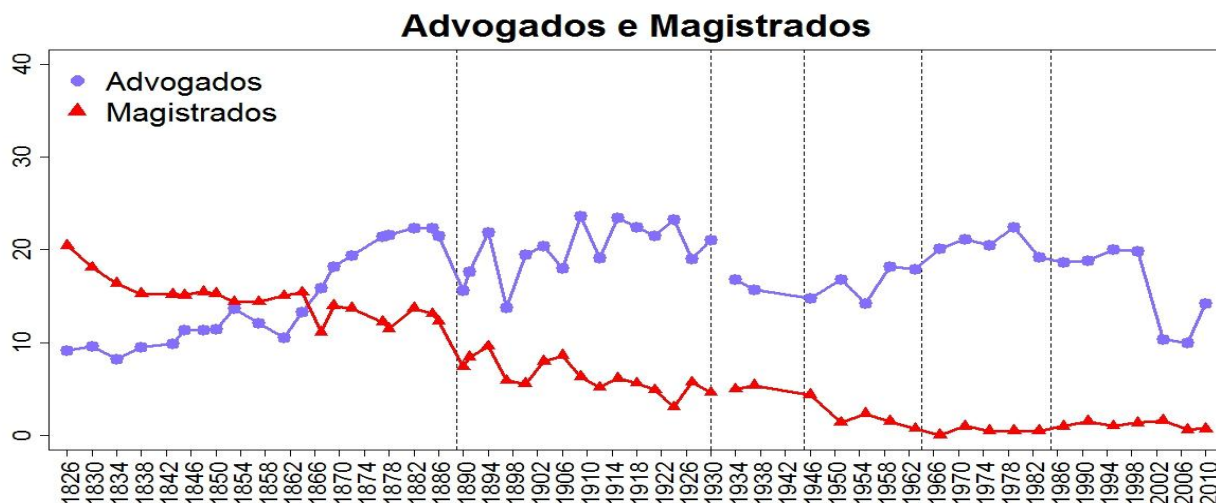
⁷ Outras formações entre os que compunham o Ministério imperial, com suas respectivas freqüências eram: ciências exatas (7%); militares (16,5%); Medicina (3,5%); religiosos (0,5%).

Essa trajetória descendente dos profissionais do Direito foi observada em diversos outros países (Serna, 2009). Na Alemanha, Wessel (1997) verificou que não existe mais o monopólio dessa categoria no Legislativo: a proporção de indivíduos com formação jurídica caiu de 50% para 30%, no período compreendido entre os anos 60 e os 80. Na França, os parlamentares com tal formação diminuíram a sua participação de 29% em 1898 para 24% no período entre guerras e para 13% na Quarta República, instaurada em 1946. Na Itália, ocupavam 42% das cadeiras da câmara baixa no início dos anos 20, caindo para 21% no início dos anos 60 (Patterson, 1968). Na Suíça, Pilotti et al. (2010) verificaram que o número caiu de 73% para 46% entre 1910 e 2000. Na Croácia, entre 1992 e 2003, caiu de 26% para 15% (Ilišin, 2007). Na Câmara dos Deputados no Brasil, Santos (2000) identificou uma participação bem maior do que a que estamos observando aqui: 57% dos deputados eram diplomados em Direito durante a República de 46, subiram para 61% durante o regime militar, mas baixaram para cerca de 40% na Nova República. Dados mais recentes mostram que esses números caíram substancialmente para 15,4% em 1998, 14,6% em 2002 e 8,8% em 2006 (Bolognesi & Perissinotto, 2011).

Uma explicação para a redução desses profissionais nos legislativos pode ser creditada ao processo de democratização e de inserção de novas categorias sociais na representação política. Segundo Best e Cotta (2000, p. 524; também Serna, 2009), os advogados aparecem em “estágios transitórios, quando a democracia ainda não se concretizou (...) e onde as leis eleitorais são restritas e os partidos são fracos”. De acordo com Matthews (1984), o número de advogados reduziu-se com o advento de partidos políticos com bases classistas na Dinamarca, tanto que chegou ao nível de 4% em anos recentes. Na mesma linha, Wences (1969) encontrou relações negativas entre o comparecimento dos eleitores às urnas e o número de parlamentares empresários e advogados. Encontrou ainda relação positiva entre a participação eleitoral e a ocupação de cargos de líderes sindicais e de profissões não relacionadas à área do Direito.

Em função da distinção feita por José Murilo de Carvalho (2010) entre magistrados e advogados, decidimos separar os dois grupos em categorias diferentes. Segundo o autor, os primeiros estiveram mais presentes em Portugal e no Brasil colonial. Eram quase sempre formados na Universidade de Coimbra, uma instituição profundamente influenciada pela tradição romanista. Tratava-se, segundo o autor, de um grupo identificado com a manutenção da ordem e a supremacia dos interesses do Estado.

Já os advogados desempenharam um papel peculiar na política dos países que passaram por uma revolução capitalista e burguesa. Nos Estados Unidos, eram fundamentalmente representantes dos interesses privados, especialmente dos empresários, que não tinham tempo para se dedicar às atividades políticas. Contrastavam com os servidores públicos – incluindo os magistrados – que eram vistos com suspeição e despreço, dada a sua imagem ligada ao passado colonial. Os gráficos abaixo mostram que essa diferença entre os dois grupos de profissionais aparece no Senado brasileiro.



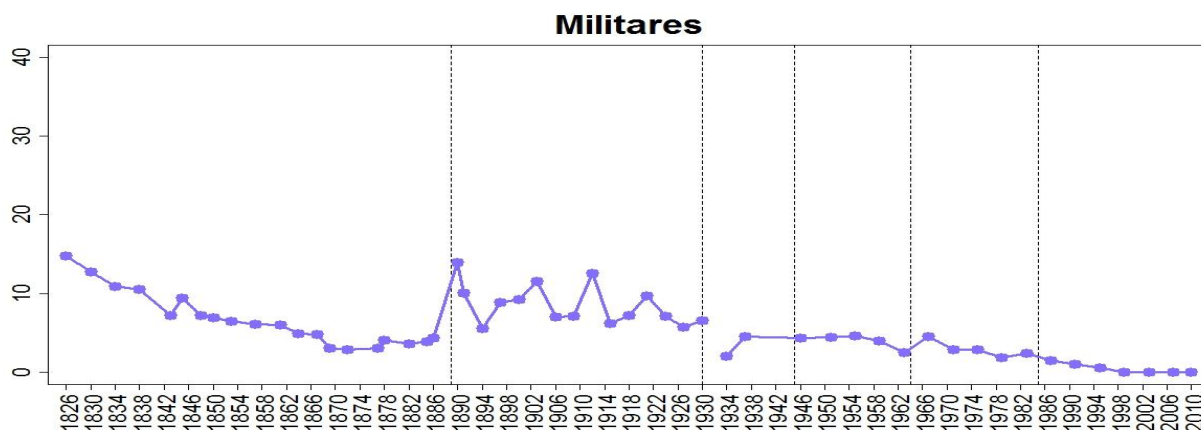
O gráfico mostra que a presença dos magistrados foi muito mais intensa nos primeiros anos do Império, quando chegaram a ocupar mais de 20% da Casa. Isso corrobora a afirmação de Carvalho (2010, p. 99), de que eles foram os mais completos construtores do Estado durante o período imperial, especialmente os da geração formada em Coimbra. Depois desse período, caíram progressivamente ao longo do tempo, até a sua ausência nos dias atuais.

Já os advogados ocuparam um espaço um pouco menor nos anos iniciais do Império (em torno de 10%), mas a sua participação cresceu substancialmente a partir de 1864, ultrapassando o percentual de 20% no final do período imperial. Com algumas oscilações durante a Primeira República, manteve-se próximo a esse patamar até o final do século XX, quando caiu substancialmente na eleição de 1998, de 19% para 10%.

Esse último movimento sozinho não é suficiente para tirarmos conclusões taxativas, mas ele está de acordo com a sugestão de que “uma democracia de massas em um contexto com alta polarização ideológica não é um ambiente muito favorável para o ‘empreendedor político livre’, usualmente encarnado nos advogados” (Cotta e Best, 2000: 524-525). Ela explica-se também pelo crescimento dos partidos de esquerda nas últimas eleições para o Senado, já que a profissão de advogado costuma estar conectada com as classes sociais mais elevadas e com partidos de direita (Ruostetsaari, 2000) ou de centro (Braga, et al., 2009).

Militares

Os militares também tiveram uma presença bem demarcada por períodos históricos. O gráfico abaixo mostra a sua evolução ao longo do tempo.



Conforme se observa, eles contavam com participação relativamente alta no Senado (em torno de 13%) no início do Império, um período conturbado e marcado por diversas revoltas e insurreições, entre as quais: Guerra da Cisplatina, Cabanada, Cabanagem, Revolução Farroupilha, Sabinada, Balaiagem, Revoltas Liberais, Insurreição Praieira. Essa presença caiu até o final do período imperial, chegando a valores bem baixos: ao redor de 4% dos membros da Casa. Isso mostra o pouco prestígio que gozavam junto ao imperador Dom Pedro II, que governou o país após 1840. Segundo Carvalho (2010), desde 1831 até o início dos anos 80 daquele século, o Exército teve reduzida influência sobre as decisões da política nacional. Nas palavras do autor, “o governo imperial foi profundamente civil”. Os militares acabaram se constituindo no principal elemento da destruição do sistema imperial. Excluídos do processo político dominado pelos civis, insatisfeitos com o baixo status que lhes foi conferido como ator social e conscientes de sua força após a Guerra do Paraguai, eles reagiram intervindo na política e rompendo a ordem institucional (Carvalho, 2010).

Na primeira legislatura do período republicano – que se iniciou com dois presidentes militares – o grupo atingiu a proporção mais alta de toda a sua história, chegando a valores próximos de 15%. A média de toda a República Velha ficou em torno de 9%. Esse apogeu pode ser creditado à politização da corporação, cuja identidade própria começou a ser formada desde os anos 50 do século XIX. Interessante notar que o aumento da participação dos militares se dá no mesmo momento em que cai a participação dos proprietários rurais, grupo com o qual tiveram conflitos constantes, especialmente na questão da abolição da escravidão (Carvalho, 2010; Schulz, 1994). É curioso também a semelhança com o que aconteceu em Portugal, por ocasião da queda da monarquia e implantação da república em 1911, quando chegaram a ocupar 22% do parlamento (Tavares de Almeida, Fernandes, & Santos, 2010).

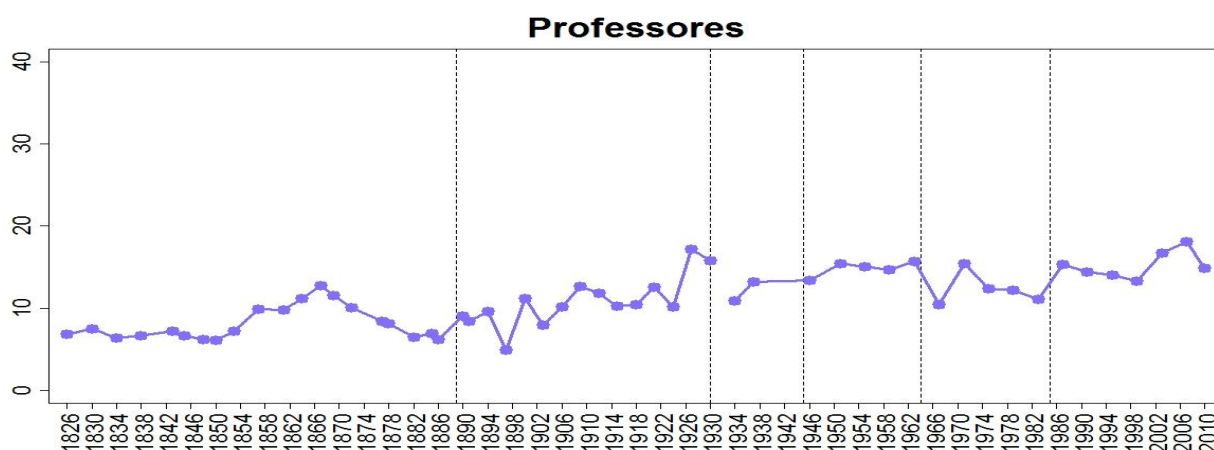
O gráfico mostra ainda que, após sofrer diversas oscilações durante a Primeira República, o grupo chegou a patamares abaixo de 5% durante o Estado Novo. Daí por diante, decaiu paulatinamente, atingindo médias de 3,9% e 2,8% durante o regime democrático de 1946 a 1964 e da ditadura militar que a sucedeu, respectivamente, até chegar a nenhum representante na virada do século.

É curioso que os generais Geisel e Figueiredo escolheram civis para serem senadores “biônicos”, e não membros das Forças Armadas. Como a resistência aos militares já era expressiva no momento da edição do “Pacote de Abril”, uma opção diferente naquele momento poderia complicar ainda mais a situação. Além disso, muitos dos “biônicos”, tanto senadores quanto governadores, mantiveram-se em cargos importantes após a queda do governo militar, funcionando como elementos importantes no processo de transição negociada.

A presença dos militares no Senado brasileiro difere substancialmente do que ocorreu em diversos países europeus, onde aumentou a sua participação nos respectivos parlamentos. Na Dinamarca, passaram de 12% em 1950 para 30% em 1990 (Pedersen, 2000). Na Holanda, eles representavam menos de 5% da câmara baixa no século XIX. Passaram para 10% em 1909 e para 14% em 1917 e para cerca de 20% em 1977 (Secker, 2000). Em Portugal, saiu de 8% em 1861 até chegar a 22% em 1999 (Magone, 2000). No Reino Unido, chegaram a mais de 10% na virada do século XIX, caíram pela metade no final da década de 40, voltaram a crescer progressivamente, até chegarem próximo a 20% no final do século XX (Rush & Cromwell, 2000). Uma hipótese que sugerimos para explicar essa situação é a de que os militares tendem a diminuir a sua presença no Legislativo de países que se democratizaram, logo após sofrerem uma intervenção militar. Para testá-la efetivamente seriam necessários dados sobre câmaras altas e baixas de outros países, especialmente da América Latina, onde os golpes militares campearam.

Professores

Na Europa, a participação dos professores aumentou substancialmente em 150 anos (entre 1848 a 1998), especialmente em países socialistas e social democratas. Na Dinamarca, passaram de 12% em 1950 para 30% em 1990 (Pedersen, 2000). Na Holanda, eles representavam menos de 5% da câmara baixa no século XIX. Passaram para 10% em 1909, para 14% em 1917 e para cerca de 20% em 1977 (Secker, 2000). Na Noruega, chegaram a mais de 10% em 1988, mas caíram paulatinamente até chegar a quase zero em 1988 (Eliassen & Marino, 2000). Em Portugal, saíram de 8% em 1861, até chegar a 22% em 1999 (Magone, 2000). No Reino Unido, chegaram a mais de 10% na virada do século XIX, caíram pela metade no final da década de 40, voltaram a crescer progressivamente, até chegarem próximo a 20% no final do século XX (Rush & Cromwell, 2000). Crescimento ainda maior foi verificado na França, onde ocupavam uma em cada três cadeiras na câmara baixa, o que fez com que Dogan (1999) a chamasse de “República dos Professores”. No gráfico abaixo, avaliamos a sua evolução no Senado brasileiro.

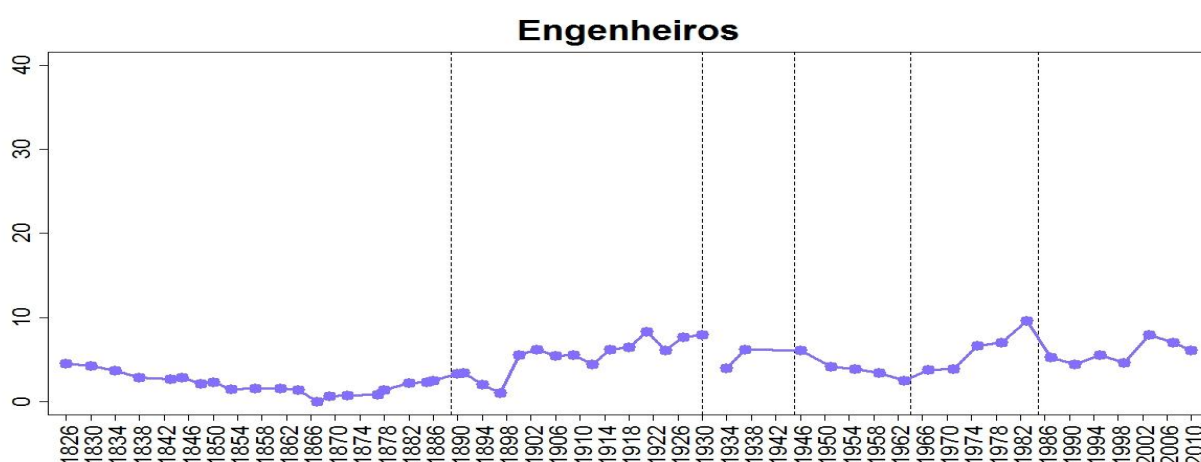


Os professores formam a categoria profissional que menos sofreu alteração a longo prazo no Senado. Cresceu gradativamente, de uma média de 8,2% durante o Império para 10,5% na República Velha; 13,5% no Estado Novo; 14,9% na República Populista; 12,4% na ditadura militar iniciada em 1964. Na Nova República, atingiu uma média de 15,2%, apenas um ponto percentual a menos do que foi encontrado por Rodrigues (2002) na Câmara dos Deputados em 1999.

Na câmara baixa, Marcelino et. al. (2010) verificaram que eles se concentravam principalmente nos partidos de esquerda, reforçando a afirmação de Rodrigues (2002) de que o melhor indicador do grau de esquerdismo em um Legislativo é a proporção de professores nas bancadas partidárias. Não incluímos os partidos políticos em nossa análise, de forma que não podemos afirmar com segurança que o mesmo tenha acontecido no Senado. A impressão que fica não é essa, já que, mesmo com o crescimento dos partidos de esquerda no Brasil nas últimas décadas, o percentual de professores na câmara alta permaneceu relativamente estável. Pode ser que o fato de não os termos diferenciado entre “alta” e “baixa” docência – isto é, os professores de ensino superior e os de níveis mais baixos – justifique os nossos achados.

Engenheiros

Conforme se observa no gráfico abaixo, a participação dos engenheiros no Senado brasileiro foi pequena. Foi bem baixa durante o regime imperial, quando obteve a média de apenas 2% dos senadores. Ela não correspondeu ao aumento da importância desses profissionais, que veio com a expansão da economia e dos investimentos estrangeiros para a construção de ferrovias e outras obras de infra-estrutura no país a partir de 1850. Cresceu, porém, nos períodos posteriores, atingindo patamares em torno de 5%. Chegou a 6,4% durante a ditadura militar e a 5,7% na Nova República. Esses dados reforçam a tese de Santos (2000), quando afirma que o crescimento da importância dos engenheiros (e economistas) teria sido fruto do advento da tecnocracia na política brasileira e da intervenção dos militares no recrutamento dos legisladores.



Empresários Urbanos

No gráfico abaixo, podemos observar a evolução da participação dos empresários urbanos no Senado brasileiro ao longo do tempo.



O gráfico mostra que os empresários tem aumentaram a sua participação no Senado desde a sua criação em 1826. Durante o Império, ocuparam um espaço muito pequeno: a média de todo o período ficou em apenas 2,8%. Isso mostra a aversão que Dom Pedro II tinha por homens de negócios; não é por acaso que apenas um comerciante chegou ao posto de marquês durante o seu governo (Carvalho, 2010: 54).

A ascensão da classe nos primeiros anos da República é bem evidente. Eles passaram de dois representantes em 1885 para nove em 1909, o que sugere um reforço da industrialização, uma das principais “bandeiras” dos oficiais militares politicamente ativos (Schulz, 1994). A participação média durante a Primeira República e o Estado Novo ficou em torno de 9% da Casa, subindo para 12,2% no período da República Populista e para mais de 14% durante o regime militar e a Nova República. A queda nas duas últimas legislaturas (2006 e 2010) pode ter a ver com a conquista do poder nacional pelo Partido dos Trabalhadores; segundo Rodrigues (2002), a participação dos empresários nos parlamentos está relacionada ao seu posicionamento ideológico e tende a aumentar com o crescimento dos partidos de direita.

Tais dados confirmam a afirmação de Diniz e Boschi (2000) de que a representação empresarial como um todo no Congresso nunca deixou de ser expressiva no período republicano.⁸ Eles estão bem abaixo, no entanto, dos números encontrados por Love e Barickman (2006): segundo os dois autores, 34% da elite política que comandou o país desde o início da República até o Estado Novo eram homens de negócios. A partir dos nossos dados, calculamos as seguintes médias para os empresários (rurais e urbanos, em conjunto) por período histórico: Primeira República (12,8%), Estado Novo (15,2%), República Populista (19,9%), regime militar (23,7%), Nova República (19,7%).

Os poucos estudos que tratam do tema com uma perspectiva longitudinal – quase todos referentes a países europeus – apresentam diferentes experiências históricas no recrutamento dos empresários. Na Itália, sempre tiveram uma presença pequena, saindo de algo em torno de 3% em 1861 para menos de 10% no final do século XX (Cotta, Mastropaolo, & Verzichelli, 2000). Nos Países Baixos, encontra-se uma situação semelhante: uma participação em torno de 10% de 1849 a 1998, com um pouco mais de variação do que na Itália (Secker, 2000). Na Noruega, Eliassen et. al. (2000) identificaram resultados pouco diferentes: ao invés de uma ascensão dos empresários, como nos outros países da Europa, houve uma redução do seu número, de aproximadamente 20% em meados do século XIX para algo em torno de

⁸ O ligeiro declínio que os dois autores identificaram na Câmara dos Deputados durante o regime autoritário que se iniciou em 1964 não aconteceu no Senado.

10% no final do século XX. Na Finlândia, o grupo aumentou gradativamente em noventa anos (desde 1907 até 1998), saindo de um patamar de menos de 10% da câmara baixa para pouco mais de 10% a partir dos anos 60 do século XX (Ruostetsaari, 2000).

Variações diacrônicas maiores são encontradas em outros países do continente europeu. Na França, saíram de um patamar pouco acima de 10% em meados do século XIX para outro acima de 20% no final do século XX, com algumas oscilações nas últimas legislaturas (Heinrich Best & Gaxie, 2000). No Reino Unido, sempre estiveram acima de 20%, chegando muitas vezes a mais de 30% em 130 anos de história: de 1968 a 1997 (Rush & Cromwell, 2000). Na Alemanha caíram de 10% em meados do século XIX para uma participação irrisória no final do século XX (Heinrich Best, Hausmann, & Schmitt, 2000). Na Lituânia, houve um aumento surpreendente após a queda do comunismo, saindo de 13% em 1990 para 43% em 2000 e 38% em 2004; na Moldóvia, também aumentou, com menos intensidade: de 2% em 1994 para 14% em 1995 (Matonyte & Crowther, 2006).

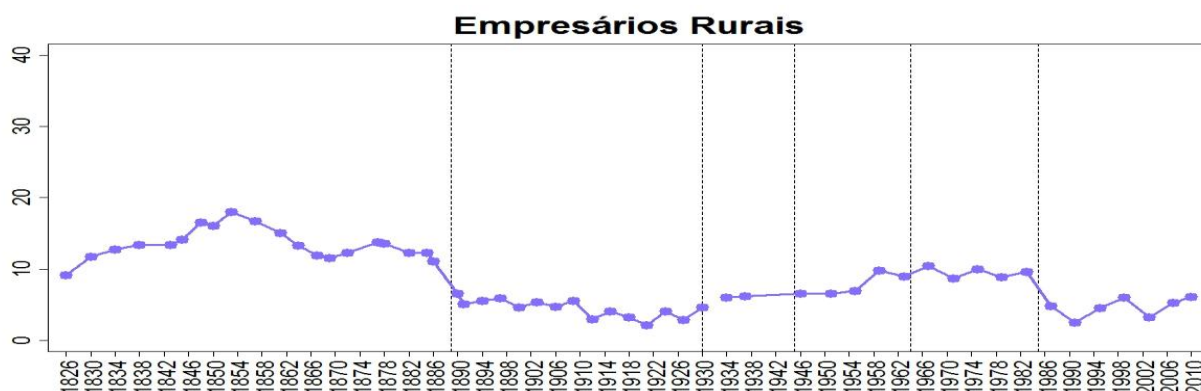
Em todos eles, a frequência de empresários parece estar relacionada à postura ideológica dos respectivos partidos; em geral, estão mais presentes nos partidos mais à direita do espectro político, tais como democratas cristãos, liberais de direita e conservadores. Já os socialistas, os sociais democratas e os liberais de esquerda tendem a contar com menos empresários em seus quadros. No Brasil, situação semelhante acontece na Câmara dos Deputados: Rodrigues (2002) verificou que 63,6% dos deputados empresários estavam nos partidos de direita, 42,3% nos partidos de centro e apenas 8,4% na esquerda. Não há estudos sobre o Senado e, infelizmente, dados sobre os partidos só estão disponíveis para as quatro últimas legislaturas.

Empresários rurais

De acordo com teorias da modernização política, uma mudança de poder de elites rurais (ou vinculadas ao setor primário da economia) para elites urbanas (ligadas aos setores secundário e terciário) é um passo necessário na caminhada para uma democracia estável (Heinrich Best, et al., 2000). De fato, em quase todos os países analisados no livro organizado por Best e Cotta (H Best & Cotta, 2000), houve uma queda expressiva dos primeiros no período compreendido entre o século XIX e o século XX. Na Dinamarca, reduziram substancialmente a sua participação: saíram de 40% das cadeiras legislativas em 1855, chegaram a ter 54% delas em 1901, mas decaíram até chegar a apenas 7% em 1990 (Pedersen, 2000). Na França e na Itália, deputados com origem no setor primário da economia ocupavam aproximadamente 20% da câmara baixa em meados do século XIX, mas decaíram para uma participação irrisória no final do século XX (Heinrich Best & Gaxie, 2000; Cotta, et al., 2000). Na Noruega, chegaram a 40% da Casa em dois momentos diferentes, em 1889 e em 1920, caindo desde então para apenas um representante no final do século XX. No Reino Unido, saíram de 40% em 1868 para nenhum representante a partir de meados da década de 70 do século passado (Rush & Cromwell, 2000).

Em Portugal, os proprietários rurais caíram de 46% em 1861 para 13,3% em 1974 (Magone, 2000). Na Espanha, os grandes fazendeiros ocupavam 14,1% das cadeiras da câmara baixa em 1879, mas reduziram a participação para menos de 1% em 1996 (Linz, Gangas, & Mir, 2000). Embora analisando um período menor, Ilonszi (2000) também identificou uma queda dos proprietários rurais na Hungria, de 31,3% em 1887 para 22,5% em 1931.

O gráfico abaixo mostra que, a exemplo do que aconteceu nos países europeus, os empresários rurais também reduziram a sua participação no Brasil, pelo menos no que se refere à câmara alta. Chegaram a ocupar quase 20% da Casa em 1853, período que coincide com a expansão da produção de café. Declinaram paulatinamente, até sofrerem uma queda brusca na transição do Império para a República. Embora a elite cafeeira continuasse forte, transformações importantes estavam sendo processadas: substituição da mão de obra escrava pela dos imigrantes europeus, descentralização, extinção do Poder Moderador, separação entre a Igreja e o Estado, fortalecimento dos ideais positivistas, transferência de poder dos cafeicultores cariocas para os paulistas.



Ao olharmos o gráfico em uma perspectiva ampla, observa-se a participação substancialmente maior dos empresários rurais no período monárquico. Não é para menos, haja vista o vasto predomínio da economia agropecuária naquele período histórico. Carvalho (2010: 232) relata bem essa situação:

“A terra era a principal fonte de riqueza e de poder e seus proprietários figuras de prestígio (...) o Estado dependia profundamente da produção agrícola de exportação e não podia sustentar-se sem a agricultura de exportação, pois era ela que gerava 70% das rendas do governo-geral, via arrecadação de impostos (...) Gostando ou não, a elite política tinha de compactuar com os proprietários a fim de chegar a um arranjo, que possibilitasse pelo menos uma aparência de ordem. O Brasil era uma economia de produtores agrícolas com mão-de-obra escrava e de criadores de gado.”

Dado que os senadores eram escolhidos pessoalmente pelo monarca, o Segundo Reinado (1831-1889) torna-se importante para a nossa análise. Foi nele que se consolidou o movimento pela abolição da escravatura, especialmente a partir de 1850, quando foi proibido o tráfico de negros no país. Uma das estratégias utilizadas por D. Pedro II para amainar a resistência às medidas abolicionista e enfraquecer os movimentos republicanos foi a distribuição de títulos nobiliárquicos entre os proprietários rurais, especialmente de barão e de visconde.⁹ Nas palavras de Carvalho (2010), “a Coroa tentava devolver em símbolo de *status* o que retirava em interesse material”. Como grande parte da aristocracia rural estava concentrada no Senado, a distribuição desses dois títulos aumentou entre os senadores durante esse período. O gráfico abaixo mostra que o seu crescimento foi expressivo a partir da sétima legislatura, que se iniciou em 1848.

⁹ Nada menos que 76,8% dos títulos distribuídos por D. Pedro II foram de barões, contra 35,8% de Pedro I e 21% de D. Joao VI (Carvalho, 2010).

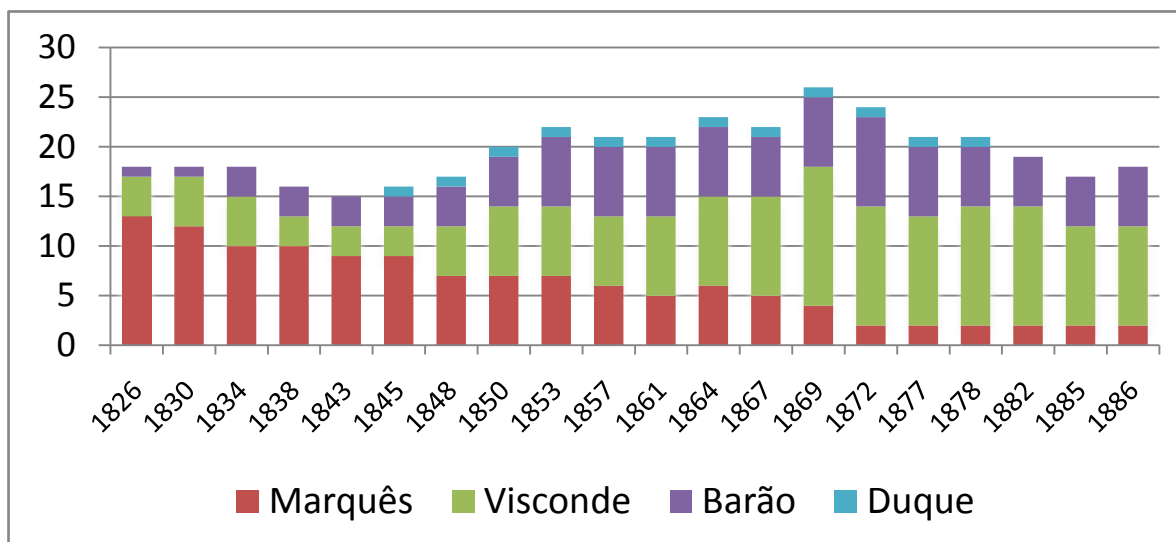


Gráfico - Títulos nobiliárquicos distribuídos entre os senadores durante o Império

Voltando ao gráfico referente aos empresários rurais, verificamos que, durante a República, a explicação para a trajetória da curva de senadores ruralistas não é tão evidente. Ao contrário do que aconteceu nos países europeus, a queda de representantes da elite rural não parece estar diretamente relacionada aos processos de industrialização e de urbanização, pelo menos no que diz respeito ao Senado. Pelo contrário, a redução do número de empresários rurais durante o Império, e boa parte da Primeira República, se dá no momento em que a agricultura, especialmente o setor cafeeiro, responde pela base da economia nacional. Quando o processo de industrialização ganha impulso nas décadas de 40 e 50, a elite rural retoma o seu crescimento no Senado. Isso fica ainda mais evidente na segunda metade dos anos 50, quando a indústria se torna o carro chefe da economia nacional.

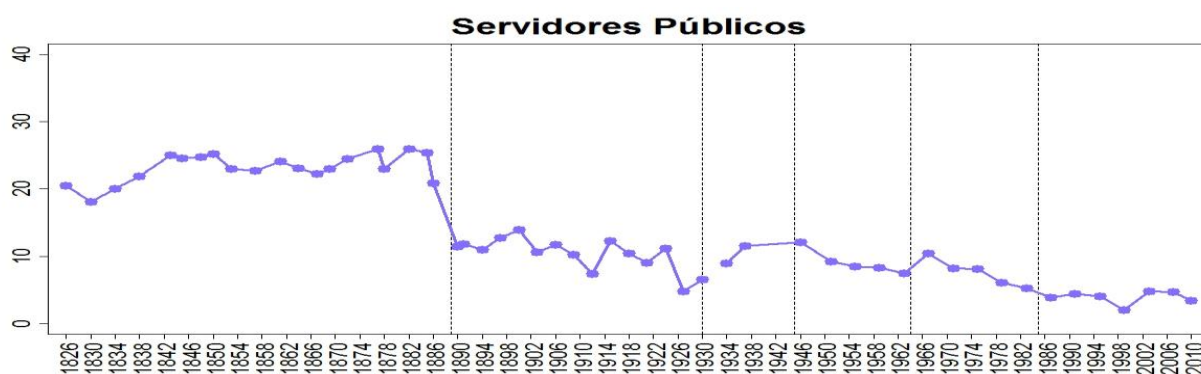
No que diz respeito ao processo de urbanização, aconteceu situação semelhante. O aumento da população urbana não implicou uma redução dos senadores proprietários rurais. O Brasil foi um dos países que mais se urbanizou durante o século passado, saindo de uma população rural de aproximadamente 85% em 1920 para algo em torno de 32% em 1980. No mesmo período, o percentual de empresários rurais no Senado aumentou de 2% para 10% da Casa. Movimento contrário, portanto, ao que era de se esperar. No longo prazo, porém, houve uma redução do número de senadores.

Uma possível explicação para os paradoxos acima – aumento da urbanização e da industrialização e redução do número de empresários rurais – pode estar relacionada ao fato de os estados terem representação igual no Senado. Os processos de urbanização e, principalmente, de industrialização estiveram concentrados em alguns estados e regiões. A região Sudeste é a mais urbana, possui 42,1% da população do país e responde por mais da metade da sua produção industrial, mas conta com apenas 15% dos senadores. O estado do Rio de Janeiro tem pouco mais de 3% da sua população vivendo na zona rural, mas conta com o mesmo número de representantes no Senado que tem o estado do Maranhão, cuja população rural gira ao redor de 40% (IBGE, 2011). A desproporcionalidade de representação, portanto, pode distorcer uma análise envolvendo todo o país.

Servidores públicos

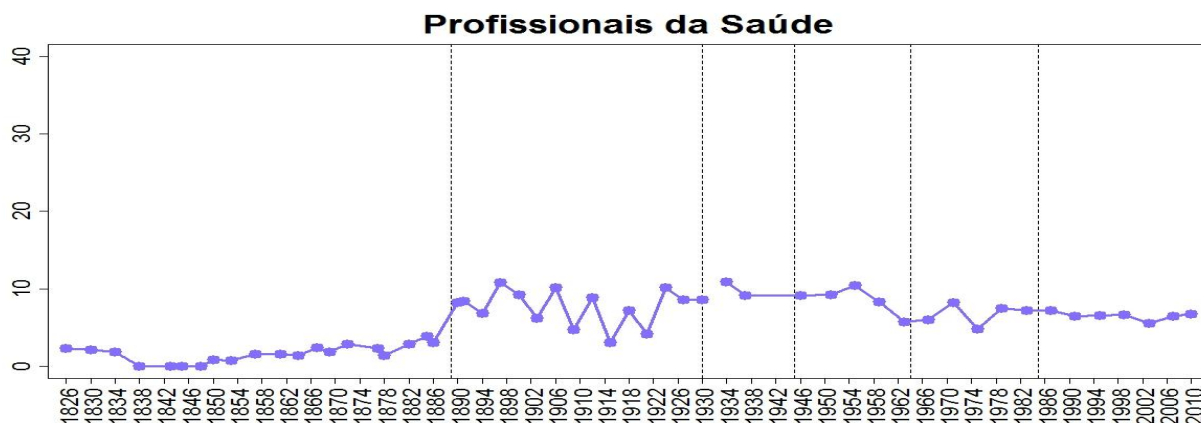
Outra categoria profissional bastante comum em diversos parlamentos no mundo é a dos servidores públicos. Em uma comparação entre 71 países, Braendle e Stutzer (2010) encontraram uma média de 31,5% de parlamentares oriundos do serviço público, indo de 6,5% em Singapura em 2001 até 78,7% em Djibouti no ano de 2008, passando pelos parlamentos da Áustria (55,2%) e da Alemanha (40,2%).

Depois da II Guerra Mundial, os servidores públicos tornaram-se a principal categoria ocupacional de recrutamento nos parlamentos europeus. Cotta e Best (2000) relacionam isso ao grau de estatização da economia. A propósito, conforme se observa no gráfico abaixo, é curiosa a alta participação deles durante o regime imperial e o Estado Novo, períodos de marcada intervenção estatal. No entanto, a relação não é tão clara ao longo de todo o período analisado, até porque não é tão simples dizer quais foram os momentos de maior estatização da economia. A sua baixa frequência nas últimas décadas converge com os 2,1% encontrados por Perissinotto e Miríade (2009) na Câmara dos Deputados em 2006.



Profissionais da Saúde

A exemplo de outras categorias profissionais, os parlamentos diferem bastante entre si no que diz respeito aos profissionais da saúde. Em geral, sua participação não costuma ser elevada. Na Espanha, os médicos e farmacêuticos não chegaram a 1% dos deputados eleitos em 1907, 1910 e 1914, mas subiram para 10,3% na eleição de 1931 (Linz, et al., 2000). Em Portugal, os médicos ocuparam 5,7% das cadeiras no período de 1861 a 1902, 5,3% em 1933 e 3,5% na Assembléia Constituinte que funcionou entre 1975 e 1976. Na Hungria, Ilonszki (2000) encontrou índices baixos: em torno de 3% de 1887 a 1931. No gráfico seguinte, avaliamos a situação no Brasil em perspectiva diacrônica.



O gráfico mostra que os profissionais da saúde quase não estiveram presentes no Senado durante o regime monárquico, mas aumentaram a sua participação no período republicano. Depois de muita instabilidade durante a Primeira República, o número ficou razoavelmente estável, abaixo do patamar de 10%. Estão sendo incluídos nessa categoria os médicos, dentistas e farmacêuticos, com os seguintes percentuais totais: 83,6%; 5,6% e 10,7%, respectivamente.

Profissionais da Comunicação

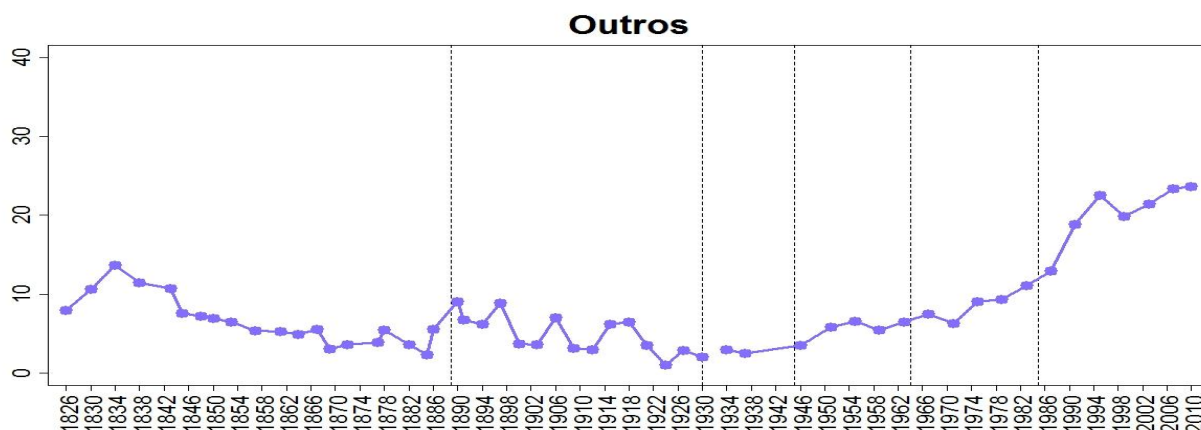
Os profissionais da comunicação tiveram uma participação importante na história do Senado brasileiro, conforme se observa no gráfico abaixo.



Chegaram a ocupar aproximadamente 20% das cadeiras na Primeira República e no Estado Novo, caíram durante o regime militar, recuperaram algum espaço no início do processo de redemocratização, mas voltaram a cair nas últimas legislaturas. Na França, tiveram uma trajetória diferente da que vivenciaram no Brasil, mas também sofreram uma queda brusca desde 1919: chegaram a ocupar 7,2% da câmara baixa naquele ano, caindo para 2,2% em 1993 (Dogan, 2003).

Outros

A categoria “outros” abrange todas as profissões/ocupações não contempladas anteriormente, tais como: administradores, economistas, sociólogos, arquitetos, assistentes sociais, escritores, trabalhadores manuais, sacerdotes, psicólogos etc. O gráfico que se segue mostra a sua evolução sob uma perspectiva histórica.



O gráfico mostra que a categoria saiu de uma média de 6,2% das cadeiras durante o Império, para 5,1% na Primeira República e 2,4% no Estado Novo, até chegar a mais de 20% na Nova República. A curva evolutiva apresenta dois picos mais evidentes. O primeiro deve-se à intensa participação política dos sacerdotes durante a Regência.¹⁰ Ao analisar a Câmara dos Deputados, Souza (2008) verificou que 22,5% dos seus membros na primeira legislatura eram padres; na segunda, terceira e quarta legislaturas, chegaram a 22%, 24% e 16%, respectivamente. A partir daí, sua presença na Casa tornou-se cada vez menos significativa. Fato similar pôde ser constatado no Senado, para onde treze padres foram eleitos entre 1826 e 1841. Durante todo o Segundo Reinado, somente quatro sacerdotes conseguiram ascender a tão alto cargo político.

Diversas explicações podem ser dadas para essa presença considerável de elementos da Igreja nos primeiros anos da independência do país. A primeira delas decorre do vazio de autoridade da administração portuguesa durante o período colonial; como as autoridades religiosas eram as mais presentes, elas acabaram ocupando esse espaço. Outra explicação deve-se ao alto nível educacional dos padres, que discrepava fortemente da massa de analfabetos que existia no país. Vale mencionar a ampla participação dos párocos na organização e nas decisões relacionadas ao processo eleitoral, inclusive na designação de quem estaria apto para votar. Não se pode esquecer também a influência e a liderança pessoal do Padre Antônio Feijó, que foi ministro da Justiça (1831-1832) e regente (1835-1837).

O segundo pico começa a se formar no final da ditadura militar e atinge o seu auge nas últimas legislaturas da Nova República. Esse aumento reflete a diversificação da sociedade e da sua representação política, que passou a incorporar outros grupos sociais, como as camadas médias (Codato, 2008) e os trabalhadores,¹¹ representados principalmente por meio dos partidos de esquerda

¹⁰ Período compreendido no decênio de 1831 a 1840, entre a abdicação de D. Pedro I e o chamado “Golpe da Maioridade”. Por meio desse último, D. Pedro II teve a maioridade proclamada pelo Senado aos 14 anos de idade, com o objetivo de por fim às revoltas que estavam acontecendo no país e que ameaçavam a sua integridade.

¹¹ Não obstante, os trabalhadores continuam contando com participação bem menor do que o seu peso na população. Segundo Perissinotto e Miriade (2009), os assalariados urbanos ocupavam apenas 1,8% das cadeiras

(Marcelino, et al., 2010; Rodrigues, 2002). Ele expressa também o aumento da preocupação com a eficiência e a modernização do Estado, a partir da presença dos administradores e economistas, que aumentaram o seu espaço na Casa de 0,4% na República de 46, para 1,7% no regime autoritário, passando para 8,3% na Nova República.¹² De acordo com Loureiro (1997), em um contexto democrático, espera-se que os economistas percam poder como agentes burocráticos, ficando sob o controle de políticos eleitos. Não obstante, nossos dados (e também os de Santos, 2000) mostram que eles aumentaram a sua participação como representantes eleitos.

Tendências semelhantes foram identificadas em diversos países europeus. Na Alemanha, entre os anos 60 e 80 do século passado, os cientistas sociais e economistas aumentaram a sua participação para 40% das cadeiras e os cientistas naturais passaram a ocupar quase 30% delas (Wessels, 1997). Pilotti et al. (2010) também observaram um aumento crescente de economistas no parlamento suíço após os anos 50 e de cientistas sociais em anos mais recentes. Na Croácia, entre 1992 e 2003, os formados na área de humanidades e de ciências sociais ocuparam aproximadamente 30% das cadeiras nesse período (Ilišin, 2007). Na opinião de Rodrigues (2002), essa elevação do nível de escolaridade dos parlamentares e do seu recrutamento majoritariamente em segmentos da classe média estariam levando a uma homogeneização dos parlamentos em países europeus.

V - Considerações finais

Chegamos a algumas conclusões importantes nessa pesquisa. Identificamos um Senado com pouca variação no curto prazo em termos de distribuição profissional de seus membros, reforçando a idéia de uma casa legislativa onde prevalece a estabilidade e a manutenção do *status quo*. No longo prazo, verificamos que algumas profissões apresentaram pouca variação; é o caso dos professores e dos profissionais da saúde, por exemplo. Outras variaram bastante ao longo de quase dois séculos de existência, tais como: advogados, magistrados, militares e servidores públicos. A análise por períodos históricos identificou o Império como mais estável e a Primeira República como mais instável. Mostrou alterações importantes entre os dois períodos, especialmente nos casos dos servidores públicos, militares e empresários rurais. Revelou ainda que o Senado tornou-se mais complexo nos últimos anos, pelo menos no que diz respeito à variedade de categorias profissionais.

Na comparação com outros países, não identificamos muita regularidade e/ou semelhança. Em parte, isso deve estar acontecendo pelo fato de serem países europeus, parlamentaristas e com história social e política muito diferente do Brasil. Acrescente-se que os estudos realizados se dedicaram às câmaras baixas. Estudos comparativos com senados latino-americanos serão muito bem vindos e quiçá identifiquem padrões semelhantes aos que encontramos aqui.

Em parte, nossos achados contrariam a idéia clássica de que à medida que as sociedades se tornam mais diferenciadas e complexas torna-se necessário maior grau de homogeneidade, de coesão e de consenso entre suas elites. Acreditamos sim que uma maior diferenciação entre as profissões e ocupações interfere na forma de interação entre tais elites e, conseqüentemente, no nível de estabilidade política.

da Câmara dos Deputados em 2006. Assemelham-se, nesse particular, ao que acontece nos Estados Unidos, onde ocupavam apenas 4% das cadeiras, apesar de representarem 26% da população (Herrnson, 1997).

¹² Aumento semelhante foi identificado por Santos (2000) na Câmara dos Deputados, onde os economistas ocupavam apenas 1,6% no período 1946-67, passando para 7% com a redemocratização.

No entanto, é preciso considerar que elas não são a única forma pela qual os parlamentares agregam valores. Eles podem convergir ou divergir em função de várias outras características: por afinidade ideológica, origem territorial comum, gênero, religião, aliança com o governo nacional ou estadual, regras institucionais ou até mesmo por conta da interação pessoal. Estudos futuros poderão incluir tais atributos na avaliação. Particularmente importante são as informações sobre suas respectivas filiações partidárias, que tem-se mostrado uma referência fundamental na atuação dos legisladores brasileiros.

Não foi possível, no âmbito dessa pesquisa, avaliar a relação entre a distribuição ocupacional dos senadores e seus efeitos sobre os resultados políticos, sobre suas atitudes e sobre o seu comportamento legislativo. Não sabemos, por exemplo, se ela faz diferença para as votações nominais realizadas na Casa. Essa é uma agenda de pesquisa que merece ser apoiada. As análises sobre o Legislativo brasileiro, a exemplo de seu similar nos Estados Unidos, estão excessivamente baseadas nos seus aspectos institucionais. Sem desmerecer a importância das instituições, acreditamos que o perfil individual dos legisladores pode nos ajudar a entender melhor o seu funcionamento, especialmente no caso Senado, uma casa menos estruturada, mais fluida, com relações pessoais mais frequentes, menos hierarquizadas e com regras de funcionamento menos estritas.

Referências bibliográficas

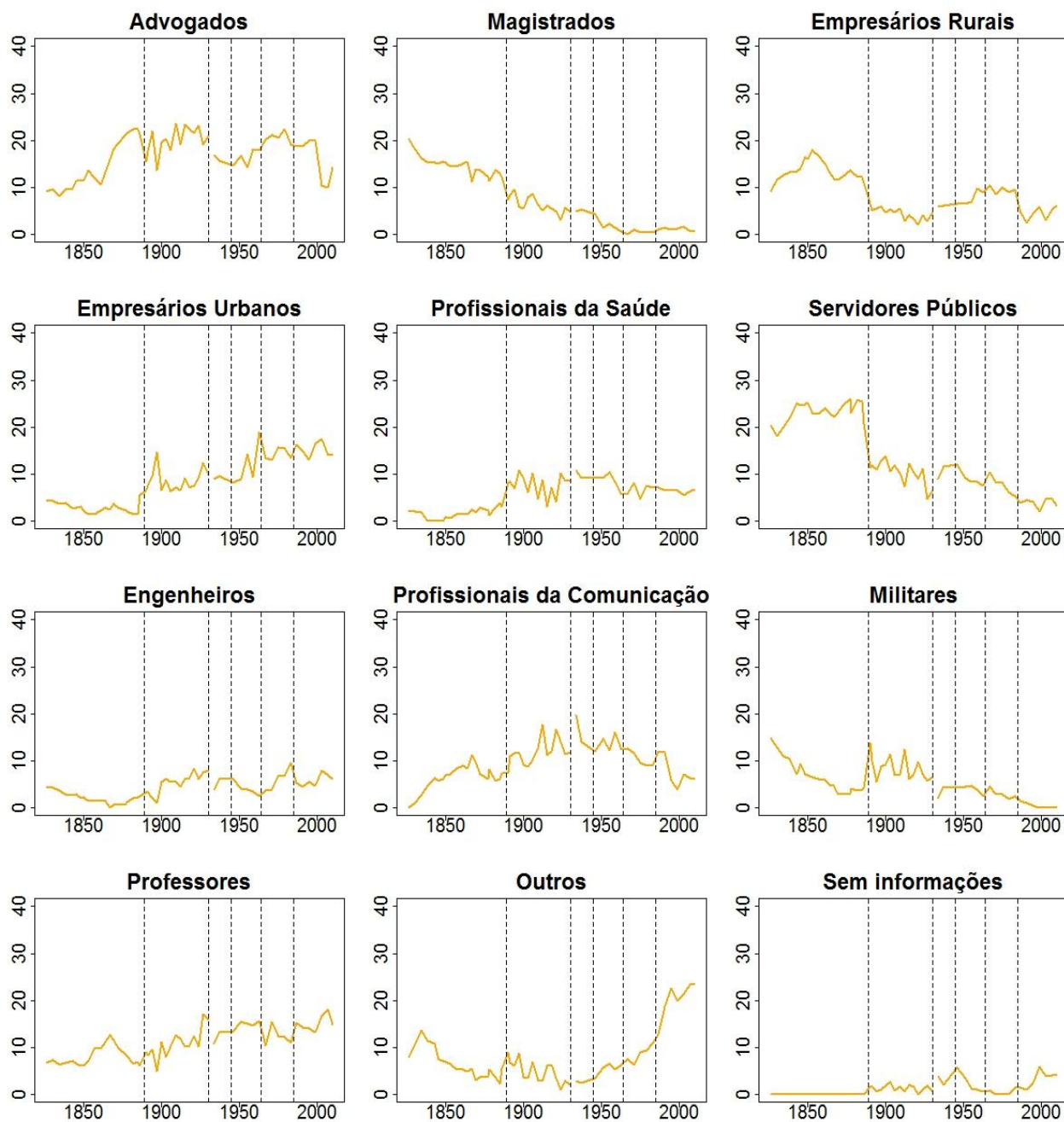
- Best, H., & Cotta, M. (2000). *Parliamentary representatives in Europe, 1848-2000: legislative recruitment and careers in eleven European countries*: Oxford University Press, USA.
- Best, H., & Gaxie, D. (2000). Detours to modernity: Long-term trends of parliamentary recruitment in Republican France 1848-1999 *Parliamentary representatives in Europe 1848-2000: Legislative recruitment and careers in eleven european countries* (pp. 88-137). Oxford: Oxford University Press.
- Best, H., Hausmann, C., & Schmitt, K. (2000). Challenges, failures, and final success: The winding path of German parliamentary leadership groups towards a structurally integrated elite 1848-1999. In H. Best & M. Cotta (Eds.), *Parliamentary Representatives in Europe 1848-2000* (pp. 138-195). Oxford: Oxford University Press.
- Bolognesi, B., & Perissinotto, R. (2011). Electoral success and political institutionalization in the federal deputy elections in Brazil (1998, 2002 and 2006). *Brazilian Political Science Review*, 4(1), 10-33.
- Bottomore, T. B. (1974). *As elites ea sociedade*: Zahar.
- Braendle, T., & Stutzer, A. (2010). *Incompatibility rules and the selection of public servants into national parliaments*. Unpublished manuscript, Basel.
- Braga, M., Veiga, L., & Miriade, A. (2009). Recrutamento e perfil dos candidatos e dos eleitos à Câmara dos Deputados nas eleições de 2006. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 24, 70.
- Burton, M., & Higley, J. (2001). The study of political elite transformations. *International Review of Sociology*, 11(2), 181-199.
- Carvalho, J. (2003). *A Construção da Ordem, Teatro de Sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Carvalho, J. (2010). *A Construção da ordem, teatro de sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Codato, A. (2008). A formação do campo político profissional no Brasil: Uma hipótese a partir do caso de São Paulo. *Revista de Sociologia e Política*, 16(30), 89-105.
- Coelho, E. (1999). *As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro, 1822-1930*. Rio de Janeiro: Editora Record.
- Cotta, M., & Best, H. (2000). Between professionalization and democratization: A synoptic view on the making of the European representative. In H. Best & M. Cotta (Eds.), *Parliamentary Representatives in Europe - 1848-2000* (Vol. 2000, pp. 493-526). Oxford: Oxford University Press.
- Cotta, M., Mastropaolo, A., & Verzichelli, L. (2000). Parliamentary elite transformations along the discontinuous road of democratization: Italy 1861–1999. In H. Best & M. Cotta (Eds.), *Parliamentary representatives in Europe 1848-2000: Legislative recruitment and careers in eleven european countries* (pp. 226-269). Oxford: Oxford University Press.
- Culic, I. (2006). From Amateur Revolutionaries to Professional Politicians: The Transformation of the Romanian Political Elite, 1990-2004. *International Journal of Sociology*, 36(1), 69-92.
- Diniz, E., & Boschi, R. (2000). Globalização, herança corporativa e a representação dos interesses empresariais: novas configurações no cenário pós-reformas. In R. Boschi, E. Diniz & F. Santos (Eds.), *Elites econômicas e políticas no Brasil contemporâneo* (pp. 15-88). São Paulo: Fundação Konrad Adenauer.
- Dogan, M. (1999). Les professions propices à la carrière politique». In M. OFFERlé (Ed.), *La Profession politique XIX - XX siècles* (pp. 171-199). Paris: Belin.
- Dogan, M. (2003). Is there a ruling class in France? *Comparative Sociology*, 2(1), 17-89.

- Eliassen, K., & Marino, M. (2000). Democratization and parliamentary elite recruitment in Norway 1848-1996. *Parliamentary representatives in Europe, 1848-2000: legislative recruitment and careers in eleven European countries*, 310-340.
- Gaxie, D., & Godmer, L. (2007). Cultural capital and political selection: Educational backgrounds of parliamentarians. In M. Cotta & H. Best (Eds.), *Democratic representation in Europe: diversity, change, and convergence* (pp. 106-135). New York: Oxford University Press.
- Hamilton, A., Madison, J., & Jay, J. (2005). *The federalist*. Indianapolis: Hackett Publishing Company.
- Heinz, F. (2006). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV Editora.
- Herrnson, P. (1997). United States. In P. Norris (Ed.), *Passages to power: Legislative recruitment in advanced democracies* (pp. 187-208). New York: Cambridge University Press.
- IBGE (2011). Censo Demográfico Brasileiro – 2010. Disponível em www.ibge.gov.br. Acesso em 29/11/2011.
- Ilišin, V. (2007). The social structure of the Croatian parliament in five mandates. *Politika Misao*, XLIV(5), 45-70.
- Ilonszki, G. (2000). Belated professionalization of parliamentary elites: Hungary 1848-1999 *Parliamentary representatives in Europe, 1848-2000: Legislative recruitment and careers in eleven European countries* (pp. 196-225). Oxford: Oxford University Press.
- Lareau, A., & Conley, D. (2008). *Social class: How does it work?* New York: Russell Sage Foundation Publications.
- Lemos, L., & Ranincheski, S. (2001). O perfil sociopolítico dos senadores brasileiros. *Revista Senatus*, 1(1).
- Linz, J., Gangas, P., & Mir, M. (2000). Spanish diputados: From the 1876 restoration to consolidated democracy *Parliamentary representatives in Europe, 1848-2000: Legislative recruitment and careers in eleven European countries* (pp. 371-462). Oxford: Oxford University Press.
- Loureiro, M. (1997). *Economistas no governo: gestão econômica e democracia*, Os. Rio de Janeiro: Editora da FGV.
- Love, J., & Barickman, B. (2006). Elites regionais. In F. Heinz (Ed.), *Por outra história das elites* (pp. 77-98). Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Magone, J. (2000). Political recruitment and elite transformation in modern Portugal 1870-1999: The late arrival of mass representation. In H. Best & M. Cotta (Eds.), *Parliamentary representatives in Europe, 1848-2000: Legislative recruitment and careers in eleven European countries* (pp. 341-370). Oxford: Oxford University Press.
- Marcelino, D., Braga, S., & Costa, L. D. (2010). Parlamentares na Constituinte de 1987/88: Uma contribuição à solução do “enigma do Centrão”. *Revista Política Hoje*, 18(2), 239-279.
- Matland, R. E., & Studlar, D. T. (2004). Determinants of legislative turnover: A cross-national analysis. *British Journal of Political Science*, 34(1), 87-108.
- Matonyte, I., & Crowther, W. (2006). Parliamentary elites as a democratic thermometer: The Lithuanian and Moldovan cases *Lithuanian Political Science Yearbook 2005* (pp. 85-116). Vilnius: Institute of International Relations and Political Science.
- Mattes, R., & Mozaffar, S. (2011). *Education, legislators and legislatures in Africa*. Paper presented at the Centre for Higher Education Transformation.
- Matthews, D. (1984). Legislative recruitment and legislative careers. *Legislative Studies Quarterly*, 9(4), 547-585.

- Matthews, D. (1985). Legislators and Constituencies. In G. Loewenberg, S. Patterson & M. Jewell (Eds.), *Handbook of legislative research*. Harvard University Press.
- Mellors, C. (1978). *British MP: A socio-economic study of the House of Commons*: Saxon House.
- Neiva, P. (2006). Determinantes da existência e dos poderes das câmaras altas: federalismo ou presidencialismo? *DADOS - Revista de Ciências Sociais*, 49 (2), 269-299.
- Neiva, P., & Izumi, M. (2012). Os "doutores" da federação: Formação acadêmica dos senadores brasileiros e variáveis associadas. *Revista de Sociologia e Política*, 19(39).
- Pareto, V. (1966). As elites e o uso da força na sociedade. In Souza (Ed.), *Sociologia Política*. Rio de Janeiro Zahar.
- Patterson, S. (1968). Comparative Legislative Behavior: A Review Essay. *Midwest Journal of Political Science*, 12(4), 599-616.
- Pedersen, M. N. (2000). The incremental transformation of the Danish legislative elite: The party system as prime mover. *Parliamentary representatives in Europe, 1848-2000: Legislative recruitment and careers in eleven European countries*, 29-49.
- Perissinotto, R., & Miríade, A. (2009). Caminhos para o parlamento: candidatos e eleitos nas eleições para deputado federal em 2006. *DADOS - Revista de Ciências Sociais*, 52(2), 301-333.
- Pilotti, A., Mach, A., & Mazzoleni, O. (2010). Les parlementaires suisses entre démocratisation et professionnalisation, 1910–2000. *Swiss Political Science Review*, 16(2), 211-245.
- Rodrigues, L. (2002). *Partidos, ideologia e composição social: Um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados*. São Paulo: Editora da USP.
- Ruostetsaari, I. (2000). *From political amateur to professional politician and expert representative: Parliamentary recruitment in Finland since 1863*. Oxford: Oxford University Press.
- Rush, M., & Cromwell, V. (2000). Continuity and change: Legislative recruitment in the United Kingdom 1868-1999. In H. Best & M. Cotta (Eds.), *Parliamentary representatives in Europe 1848-2000: Legislative recruitment and careers in eleven European countries* (pp. 463-492). Oxford: Oxford University Press.
- Santana, L. (2008). Perfil, trajetórias e ambição política dos legisladores na construção de suas carreiras: Argentina, Brasil, Chile e Uruguai. *Teoria e Sociedade*, 16(2), 130-155.
- Santos, F. (2000). Deputados federais e instituições legislativas no Brasil: 1946-99. In F. Santos, R. BOSCHI & E. Diniz (Eds.), *Elites políticas e Econômicas no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Konrad Adenauer Stiftung.
- Sayar, S., & Hasanov, A. (2008). The 2007 elections and parliamentary elites in Turkey: The emergence of a new political class? *Turkish Studies*, 9(2), 345-361.
- Schulz, J. (1994). *O Exército na política: Origens da intervenção militar, 1850-1894*. São Paulo: Edusp.
- Secker, I. (2000). Representatives of Dutch people: The smooth transformation of the parliamentary elite in a consociational democracy 1849-1998. In H. Best & M. Cotta (Eds.), *Parliamentary Representatives in Europe 1848-2000* (pp. 270-309). Oxford: Oxford University Press.
- Seligman, L. (1964). Elite recruitment and political development. *The Journal of Politics*, 26(3), 612-626.
- Serna, M. (2009). *La composición de la élite política uruguaya: circulación y reconversión en democracia*. Paper presented at the 33 Encontro Anual da ANPOCS.
- Serna, M., & Bottinelli, E. (2009). *La composición de la élite política uruguaya: circulación y reconversión en democracia*. Paper presented at the Latin American Studies Association.

- Souza, F. (2008). Religião e política no primeiro reinado e regências: A atuação dos padres-políticos no contexto de formação do Estado Imperial Brasileiro. *Almanack Braziliense*, 8, 127-137.
- Tavares de Almeida, P., Fernandes, P., & Santos, M. (2010). The MPs of the first Portuguese Republic: A prosopographic study.
- Tsebelis, G., & Money, J. (1997). *Bicameralism*: Cambridge University Press.
- Uriarte, E. (1997). El análisis de las elites políticas en las democracias. *Revista de Estudios Políticos*, 97, 249-275.
- Venâncio Filho, A. (1982). *Das Arcadas ao Bacharelismo (150 anos de ensino jurídico no Brasil)*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- Weber, M. (1999). Ciência e política: duas vocações. Tradução de Leônidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota: São Paulo: Cultrix.
- Wences, R. (1969). Electoral participation and the occupational composition of cabinets and parliaments. *The American Journal of Sociology*, 75(2), 181-192.
- Wessels, B. (1997). Germany. In P. Norris (Ed.), *Passages to power: Legislative recruitment in advanced democracies* (pp. 76-97). Cambridge: Cambridge University Press.

Apêndice 1



Apêndice 2

Tabela 2 - Categorias profissionais/ocupacionais dos senadores brasileiros
Média, por período histórico - 1822-2010

	Império (1822- 1889)	Repúb. Velha (1889- 1930)	Era Vargas (1930-1945)	Repúb. Populista (1945- 1964)	Ditadura Militar (1964- 1985)	Nova República (1985-Hoje)
Advogados	15,2	20	17,6	16,3	20,7	16,4
Empresários Rurais	13,4	4,4	5,7	7,7	9,4	4,6
Empresários Urbanos	2,8	8,4	9,5	12,2	14,3	15,1
Engenheiros	1,9	5,1	6,3	3,9	6,4	5,7
Magistrados	14,3	6,5	5,1	2	0,5	1,1
Militares	6,2	8,7	4,6	3,9	2,8	0,5
Professores	8,2	10,5	13,5	14,9	12,4	15,2
Profissionais da Comunicação	6,7	12	14,5	13,5	10,2	8
Profissionais da Saúde	1,7	7,5	9,3	8,5	6,8	6,5
Servidores Públicos	23,3	10,5	9,5	9,1	7,4	3,9
Outros	6,2	5,1	2,4	5,6	8,7	20
Sem informação	0	1,3	2	2,4	0,4	3,1
N	2531	1672	495	1267	974	1207

Fonte: banco de dados montado pelos autores, a partir de informações contidas na página do Senado na internet